

QCA 2021-2027: micro e PME da transformação de pescado excluídas dos fundos europeus

Pág. VII



Ricardo Serrão Santos, ministro do Mar.

QCA 2021-2027: "o envelope vinho não deverá ter reduções"

Pág. II



Frederico Falcão é o novo presidente da ViniPortugal.

Destaques

INIAV conclui investimento de sete milhões e instala laboratório de solos em 2021

Pág. IV

Reserva Qualitativa no Douro pode custar 20 ou 30 milhões

Pág. VIII

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Biliões que excluem as PME do pescado

Os números volumosos que envolvem milhões, biliões ou triliões tendem a iludir-nos e a tordar-nos o raciocínio.

A Comissão Europeia revelou, na última semana, a última proposta de envelope financeiro para 2021-2027: conterà 1,85 biliões de euros, dos quais 1,1 biliões oriundos do orçamento comunitário e os restantes 750 mil milhões de um Fundo de Recuperação que o Conselho Europeu concordou criar com dívida europeia comum, para salvar a Europa e os setores e áreas geográficas mais fustigadas pela hecatombe económica gerada pela pandemia da Covid-19.

As estimativas dos serviços técnicos da Comissão atribuem a Portugal 15,53 mil milhões de euros até 2027 em subvenções (a fundo perdido) e 10,84 mil milhões sob a forma de empréstimos.

Não esqueçamos: é, ainda, uma proposta. Carece de unanimidade dos 27 países da UE e está longe de estar fechada nos atuais moldes e valores, ou não fossem conhecidas as sérias reticências à solidariedade europeia dos Países Baixos, Áustria, Dinamarca e Suécia, o chamado grupo dos frugais.

Uma má notícia parece, porém, certa no futuro orçamento: as micro, pequenas e médias empresas (MPME) de transformação de pescado vão ficar excluídas dos apoios a fundo perdido no próximo QCA.

Ainda que o Ministro do Mar – visivelmente incomodado – venha dizer que estas MPME, até aqui apoiadas a fundo perdido, podem vir a aceder a empréstimos, com bonificações de juros e garantias do Estado ou através de capital de risco, não é a mesma coisa. Todos sabemos: um apoio a fundo perdido não tem de ser devolvido e um empréstimo, mesmo em condições vantajosas, tem de ser integralmente reembolsado e com juros.

No conjunto do agroalimentar, a transformação de pescado, conservas de peixe sobretudo, não é de somenos. Mostrou, aliás, a sua relevância económica durante esta pandemia. "Multiplicámos os pedidos aos fornecedores, criámos planos de contingência e prevenção em todas as linhas de produção e privilegiámos o abastecimento dos mercados nacionais face aos internacionais", disse à "Vida Económica" em abril José Maria Freitas, Presidente da ANICP – Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe.

São hoje 15 unidades industriais (já foram cerca de 400 no início do século passado), empregam mais de 3500 pessoas e faturam mais de 300 milhões. As exportações valem 226 milhões (2019) e o atum, cavala e sardinha são os seus maiores volumes.

Excluir das subvenções estas empresas portuguesas, sabendo que as importações do setor já valem 207 milhões e estão a crescer, é enfraquecer a indústria nacional, retirar-lhe vantagem competitiva e abrir a porta ao desequilíbrio da balança comercial.

O NOVO PRESIDENTE DA VINIPTUGAL QUER APOSTAR NA FORMAÇÃO E CRIAR UM OBSERVATÓRIO DE MERCADOS INTERNACIONAIS

QCA 2021-2027: "o envelope vinho não deverá ter reduções"

Em plena crise económica global gerada pela pandemia da Covid-19, Frederico Falcão sucede a Jorge Monteiro na presidência da ViniPortugal, associação interprofissional para a promoção internacional dos Vinhos de Portugal. Em entrevista à "Vida Económica" assume, para já, três prioridades: criar um observatório de mercados internacionais, incrementar a formação em promoção e vendas dos agentes económicos e "fazer mais barulho" em ações de promoção nos mercados de destino dos vinhos nacionais.

Conhecidos os primeiros números daquele que será o Fundo de Recuperação económica da UE (750 mil milhões de euros – 500 mil milhões em subvenções e 250 mil milhões sob a forma de empréstimos) e o futuro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2021-2027 – 1,11 biliões de euros –, o Presidente da ViniPortugal recebeu uma boa notícia da Ministra da Agricultura: "o envelope vinho não deverá ter reduções".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Qual é a sua estratégia para a ViniPortugal?

Frederico Falcão – A ViniPortugal tem tido nos últimos anos um papel determinante nas exportações dos vinhos portugueses. Tem havido um crescimento grande. Se olharmos para os números, sobretudo desde 2010, o crescimento é mais constante e exponencial. E isso coincidiu curiosamente com a presidência do Jorge Monteiro, com o trabalho que tem vindo a ser feito, com as ajudas OCM [Organização Comum do Mercado] à produção de vinhos e com o nascimento e consolidação da marca 'Wines of Portugal'. É um sinal de que as coisas estão a



Frederico Falcão é o novo presidente da ViniPortugal.

ser bem feitas, que o caminho seguido é o correto. E quando as coisas correm bem, o setor está contente e os resultados estão à vista, não faria qualquer sentido chegar aqui e inverter tudo o que foi feito. Nada disso. Estou completamente comprometido com o caminho que tem vindo a ser seguido. Temos de fazer um esforço, isso sim, de melhorar o preço médio. Que tem vindo a crescer...

VE – Foi de 2,77 euros em 2019. Mas é baixo, não?

FF – Sim, ainda é baixo. Temos de fazer um esforço – e a ViniPortugal tem vindo a fazer esse esforço –, de ser mais imaginativos e desenhar ações para atrair um público diferente e tentar puxar para cima a imagem dos vinhos portugueses. Há

países onde ainda temos uma imagem de preço baixo e é preciso inverter isso.

VE – De que países está a falar?

FF – O Reino Unido é um país onde temos claramente um preço baixo. Há um país curioso aqui, que é a Alemanha, para onde Portugal vende com o preço médio mais baixo, no entanto, se formos estudar o mercado alemão, temos o quarto maior preço médio de venda ao público. Na Alemanha, os nossos vinhos são número quatro no preço médio e, no entanto, as nossas exportações para lá vão a um preço muito baixo. Portanto, às vezes é uma falácia pensarmos que estamos a entrar com vinhos baratos de mais, porque, se formos olhar para o mercado, não estamos assim tão mal posicionados.

VE – E para lá do reforço nas exportações? Que outras apostas vai fazer?

FF – Há dois fatores que considero essenciais e que a ViniPortugal deve de alguma forma liderar. Um tem a ver com o observatório de mercados internacionais. Precisamos de ter dados dos mercados para onde estamos a exportar. Dados fiáveis e que sejam facultados aos agentes económicos e em tempo, para as pessoas poderem estudar os mercados antes de lá ir.

VE – Há uma lacuna a esse nível?

FF – Há uma lacuna grande.

VE – O Presidente do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) já me tinha falado desse assunto. Mas está a ser feito trabalho nesse sentido, não?

FF – Está a ser feito um trabalho. O IVV tem mais dificuldade em fazer o trabalho do que a ViniPortugal, dado que é um instituto público, tem mais limitações. Mas é um trabalho que a ViniPortugal tem de pegar e fazer. Se possível, claro que sim, em coordenação com o IVV, mas é algo que a ViniPortugal tem de agarrar e colocar uma energia diferente.

VE – Essa recolha de dados depende de quê? De meios humanos, de informação dos mercados?

FF – Das duas coisas. É possível adquirir estudos de mercado em vários países, que custam dinheiro e que o IVV, como instituto público, tem mais dificuldade em justificar, é preciso comprá-los e depois é preciso tratá-los. E em tempo. Ter uma equipa a interpretar e a tratar dados, porque excesso de informação é desinformação. Não é só ter informação, é preciso saber tratá-la, apresentá-la de forma direta, sucinta e rápida, de maneira a que as pessoas percebam.

VE – E qual é a segunda medida que quer criar? Falou de duas.

"O VITIS seguramente vai continuar"

A continuidade do VITIS – programa "muito generoso" de apoio à reestruturação e reconversão da vinha cuja dotação financeira prevista para as candidaturas da campanha 2020-2021 é de 50 milhões de euros – não está posta em causa para lá de 2023. "Seguramente vai continuar", diz Frederico Falcão. Quanto à proposta de QCA 2021-2027 apresentada pela Comissão Europeia, o novo Presidente da ViniPortugal também está confiante: "o envelope vinho não deverá ter reduções".

VE – Falemos do próximo QCA 2021-2027 e do VITIS. Que expectativa tem sobre a continuidade deste programa de apoio à reestruturação e reconversão da vinha?

FF – O VITIS não é um programa que

esteja no foro da ViniPortugal e sobre o qual não me quero alongar muito. Mas é um programa importantíssimo em Portugal, que tem um peso importante nas ajudas ao setor, que claramente trouxe ao país um aumento qualitativo grande, também na produtividade média das vinhas. Tem sido importante ao longo dos anos e acredito que vai continuar no próximo quadro comunitário.

VE – É um programa bastante mais generoso em termos financeiros do que o Programa de Desenvolvimento Rural [PDR 2020], por exemplo.

FF – Sim, é um programa muito generoso, cujos apoios podem ir de 55 a 75%, dependendo das regiões, se são mais ou menos desenvolvidas. Nas regiões aqui da bacia do Tejo, península de Setúbal, Lisboa, o apoio é menor e nas outras pode ir a 75%. Mas é um programa muito

simples de aplicar e que tem sido muito bem aproveitado pelo setor e que seguramente vai continuar. O VITIS, daquilo que acompanhei no passado, creio que é para continuar. A medida que era mais atacada dentro da Comissão Europeia é claramente a da promoção, porque tem muita burocracia associada – que o VITIS não tem –, mas que, ainda assim, temos vindo a aplicar. E há países que têm muita dificuldade em aplicá-la. E não é das medidas preferidas da Comissão para apoio aos vinhos. E por isso Portugal tem que se bater para que continue. Esta pandemia vem abrir-nos os olhos para a importância da promoção.

VE – E que primeira reação tem em relação à proposta da Comissão Europeia quanto ao futuro QCA 2021-2027 para Portugal no que respeita a este setor?

FF – A senhora ministra, quando me telefonou a felicitar pelo cargo, falou-me dos valores. Pelo que me transmitiu, em primeira mão, pareceram-me grandes notícias. No entanto, os valores ainda estavam a ser trabalhados e ainda se está a apurar o que fica no primeiro e segundo pilar. Não havendo, creio, decisões definitivas sobre isto, prefiro não comentar. De qualquer forma, pelo que a ministra me disse, o "envelope vinho" não deverá ter reduções. Seria fantástico.

[Contactado o gabinete da ministra Maria do Céu Albuquerque sobre os montantes previsíveis destinados a Portugal à Agricultura (I e II pilar) no âmbito do novo QCA + Fundo de Recuperação, fonte oficial transmitiu que, "de momento, ainda não temos esses dados. Ainda não temos informação sobre os montantes previstos para a Agricultura"].

Pacote OCM não gasto este ano na promoção de vinhos deve transitar para 2021

“75% do tecido empresarial no setor dos vinhos em Portugal é composto essencialmente por microempresas, que não têm acesso às grandes superfícies e estão muito dependentes do mercado nacional e do canal horeca. E muitas, e também PME, vão ter um impacto gigantesco”. Frederico Falcão é taxativo: “Portugal tem que se bater” para que a verba não gasta em 2020 devido ao cancelamento das ações de promoção transite para o ano seguinte.

Vida Económica – O Ministério da Agricultura anunciou, a meados de maio, 10 milhões de euros para o setor dos vinhos para apoiar a destilação e armazenagem de crise. É suficiente?

Frederico Falcão – As medidas que foram abertas de destilação de crise e armazenagem de vinhos são duas medidas que o setor pediu. Se me pergunta se são as necessárias e que eu gostaria, não.

VE – Mas uma coisa é a natureza das medidas e outra é o volume dos apoios.

FF – Não se esqueça de uma coisa:

são ajudas comunitárias, que a Comissão Europeia abriu, mas sem aumentar as verbas destinadas a cada um dos países. Portugal tem a OCM, são 65 milhões de euros, onde estas medidas vão ser enquadradas. Não há reforço de verbas. Ainda. A senhora ministra está muito atenta e a tentar que haja um reforço de verbas comunitárias para fazer face a esta situação e para não prejudicar as outras medidas, nomeadamente o VITIS, a promoção, os seguros de colheita. Esta foi a verba que o Ministério e o IVV encontraram como possível. Se me pergunta se é suficiente, claro que não. Nunca é suficiente. Mas foi a verba possível. A minha grande preocupação é que isto não afete o envelope que está destinado à promoção.

VE – Porque é que diz isso?

RR – Oiça: nós vamos ter um impacto grande, 75% do nosso tecido empresarial no setor dos vinhos em Portugal é composto essencialmente por microempresas, que não têm acesso às grandes superfícies e estão muito dependentes do mercado nacional e do canal horeca. E muitas, e também PME, vão ter um impacto gigantesco. E nós precisamos encontrar soluções para estas empresas. E a solução

não é destilar vinhos a 40 centimos. A solução é arranjar-lhes soluções comerciais. Neste momento, temo um grande confinamento em quase todos os mercados e não sabemos como vão estar daqui a seis meses. Temos a esperança de que, para o ano, tudo volte um bocadinho à normalidade. Este ano, vamos usar ao máximo tudo o que estiver ao alcance para tentar estimular as vendas de vinhos portugueses. E ainda que não consigamos usar o envelope todo do pacote OCM para a promoção – eram sete milhões de euros, foi ligeiramente reduzido –, a nossa expectativa é que o dinheiro que não conseguirmos usar ou que não faz sentido gastar por gastar este ano – e a senhora ministra e o IVV e a Comissão já abriram a porta a isso – transite para o ano seguinte, para que, em 2021, tenhamos um orçamento reforçado. E para podermos fazer mais ações e encontrar mais soluções para os produtores portugueses. Precisamos de fazer mais barulho, permita-me a expressão, nos mercados onde estamos, fazer mais ações, abrir mais portas e abrir mais mercados. Para isso precisamos de mais verbas. Precisamos de mais soluções para as empresas, se não é catastrófico.

VE – Como é que se apoiam as vendas e o consumo dos vinhos destas microempresas?

FF – Eu dou um exemplo. Neste momento, a ViniPortugal tem, em termos de OCM, em termos de mercado, países terceiros, um apoio comunitário com reforço nacional do IVV [Instituto da Vinha e do Vinho] que permite um financiamento a 80%. Nós queremos tentar – e porque a Comissão já abriu a porta – que o financiamento comunitário seja maior – passar de 50 para 60% - e que o apoio total passe dos 80%. Ou seja, que haja menos esforço financeiro por parte das empresas. Há um grande problema de tesouraria nas empresas, neste momento, e tudo o que conseguirmos aliviar em termos de esforço financeiro para as empresas se promoverem temos de o fazer. Ou a ViniPortugal tem de criar ações em que o esforço financeiro das empresas seja menor. Há várias soluções que temos de encontrar. Estamos a trabalhar. E é muito importante que os fundos comunitários destinados à promoção não se percam. Este ano e no próximo. O importante é encontrar soluções comerciais para as empresas. Não é a destilar vinho a 40 centimos que isto se resolve.

FF – Sim, outra das medidas que quero criar prende-se com a formação. Saber vender é uma arte. E é muito importante que, quando os nossos agentes económicos vão para fora, tenham formação em saber vender e comunicar. Não estou a dizer que não o saibam fazer. Uns sim,

Portugal. Portugal, como sabe, é líder no mundo no consumo de vinho ‘per capita’ [62,1 litros por habitante acima dos 15 anos em 2018, mais 20,8% face a 2017]. Não são os portugueses que se tornaram uns alcoólicos ou de repente começaram a beber em excesso. Nada disso. As con-

vendas ‘online’, mas nem de perto nem de longe compensam.

VE – E quanto à quebra nas exportações?

FF – Eu estudei 14 mercados – entre eles Norte da Europa, Canadá, EUA – e o que observei é que houve um crescimento generalizado no consumo de vinho. As vendas ‘online’ também cresceram em quase todos os países. Em Portugal, contas feitas, é a quebra do turismo, porque os portugueses – e arrisco-me, não tenho dados – estou convencido de que beberam mais. Não temos é turistas. Mas as vendas nas grandes superfícies cresceram. As pessoas fizeram mais refeições em casa. E em países como a Suécia houve um crescimento enorme do consumo ‘per capita’ de vinho. Lá os restaurantes não fecharam. E na rede ‘systembolaget’, as lojas de Estado de venda de vinhos, houve um grande crescimento. No Canadá a mesma coisa. E nos EUA também aumentou muito o consumo ‘per capita’ de vinho. E são

países onde as grandes superfícies têm uma percentagem maior de vendas do que a restauração, portanto a quebra de vendas foi menor do que foi em países onde tradicionalmente a venda se faz na restauração. Refiro-me aqui à bacia mediterrânica (Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia), onde a restauração é importantíssima.

VE – A forma de fazer promoção, nacional e internacional, certamente vai mudar. Tem alguma estratégia pensada para a promoção dos vinhos portugueses neste período pós-confinamento?

RR – Tudo isto é novo. Na ViniPortugal, muitas das ações que estavam previstas para o primeiro semestre ou foram canceladas ou adiadas para o segundo semestre ou para o ano que vem. Há uma incerteza muito grande sobre o segundo semestre.

T e -
nho, te-
mos mui-
tas ideias
que estão
agora a
borbulhar e a
serem discutidas
com a equipa.

VE – Mas o formato das ações vai ter de ser diferente, não? Nos próximos meses não vamos ter feiras como as conhecíamos até aqui.

RR - O formato das ações está todo a ser repensado. Vai ser todo diferente. Diria que é quase impensável que haja feiras nos formatos tradicionais este ano. Mas tudo isso está a ser avaliado.



Portugal é líder no mundo no consumo de vinho ‘per capita’, com 62,1 litros por habitante acima dos 15 anos em 2018, mais 20,8% face a 2017. As exportações atingiram os 820,5 milhões de euros (296 milhões de litros) em 2019, mais 2,5% face a 2018. Entre janeiro e março de 2020, as exportações dos vinhos portugueses cresceram 2,1% em valor face ao período homólogo de 2019, totalizando mais de 185 milhões de euros.

outros não. Uns melhor, outros pior, mas é muito importante que a ViniPortugal faculte essa formação em promoção e vendas. Ganhamos todos com isso e é algo que a ViniPortugal tem de melhorar.

VE – A sua estratégia para a ViniPortugal não fica perturbada com a situação que estamos a viver devido à pandemia? Dentro do agroalimentar, o setor dos vinhos é um dos que estão a ser mais afetados, quer no consumo, quer nas exportações. Que dados tem sobre o impacto da Covid-19 nos vinhos?

FF – Sim e não. Eu, antes de entrar para a ViniPortugal, fiz um estudo sobre o impacto da Covid no setor dos vinhos. E há dados muito curiosos, mas tudo isto está baseado numa grande incerteza, que é a duração da pandemia. Número um. Número dois, a pandemia foi decretada a 11 de março e começou a haver confinamentos na Europa e no mundo a partir de meados de março e a maior parte dos dados são até março. O trimestre não espelha bem o impacto real. Mas sobre o mercado nacional temos uma fortíssima correlação entre as vendas na restauração/canal horeca e o nível de turistas em

tas fazem-se dividindo o consumo total de vinho no país pelo número de habitantes. E Portugal tem um número de visitantes muito grande em relação à sua dimensão e também tem vinhos com uma excelente relação qualidade/preço. Isto faz com que as pessoas, quando vêm cá, consumam muito vinho na restauração, fruto essencialmente do turismo. E, com o confinamento e o fecho de restaurantes, cafés, bares, hotéis, a quebra em termos de horeca é gigantesca. Superior a 90%. Agora começa a abrir, mas não vamos ter turistas tão depressa. Este ano ,vai haver muito pouco turismo em Portugal e é difícil estimar o impacto daqui até ao final do ano. A quebra foi gigantesca. Nas grandes superfícies não foi. Houve inicialmente um crescimento, até, depois reduziu e agora de certa forma estabilizou. Mas há uma perda grande em valor, porque a restauração, embora tenha uma quantidade menor em termos de percentagem em volume, tem um impacto maior em valor. E nas grandes superfícies houve uma deslocalização das compras para formatos de maior dimensão (‘bag-in-box’) e gamas mais baixas. Mais uma vez, uma quebra grande em valor. Houve algum crescimento nas

LABORATÓRIO FOI CHAMADO A DAR RESPOSTA NO COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19

INIAV conclui investimento de sete milhões e instala laboratório de solos em 2021

A ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, acompanhada da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, visitaram, a 4 de maio, o Laboratório de Virologia do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV). Localizado em Oeiras, numa quinta com 130 hectares, este foi um dos 37 laboratórios da rede pública chamado a dar resposta laboratorial ao combate à pandemia da Covid-19.

A “Vida Económica” visitou no final do mês aquele que é também um dos laboratórios de primeira linha dos países da União Europeia para as doenças dos animais, doenças e pragas das plantas e para a segurança alimentar. O presidente, Nuno Canada, revela que termina este mês um investimento de sete milhões de euros em equipamento de ponta e que, até ao final de 2021, vai instalar um laboratório de solos.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Nuno Canada, presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV).

Vida Económica – O INIAV é agora um dos laboratórios do Estado que colabora na resposta ao combate à pandemia da Covid-19. Mas, para lá dessa função, qual é o seu papel central?

Nuno Canada – O INIAV resulta das estruturas do Ministério da Agricultura relacionadas com investigação, inovação e serviços diferenciados (serviços laboratoriais e outros, de estruturas piloto de apoio à indústria, transferência de tecnologia, etc). Incorporou várias estações experimentais do Ministério, os laboratórios nacionais de referência de saúde animal e de sanidade vegetal e de segurança alimentar e é uma estrutura de interface com a indústria. Em termos de organização, acabámos por ficar com algumas áreas diferenciadas e que, no fundo, são funções do Estado português que nos estão alocadas. Uma delas é a componente laboratorial, de que agora se fala por causa da Covid. A União Europeia tem uma rede de laboratórios de primeira linha, que são os laboratórios mais avançados em cada Estado-membro. E eles apenas reconhecem um laboratório em cada categoria em cada Estado-membro.

VE – Em Portugal, o INIAV é um deles?

NC – Em Portugal nós somos o laboratório nacional de referência para as doenças dos animais, para as doenças e pragas das plantas e também para a segurança alimentar, do ponto de vista quer da segurança dos alimentos para animais quer de segurança dos alimentos para humanos (riscos químicos e biológicos). E estes laboratórios de primeira linha trabalham em rede. Portanto, trabalhamos em rede com os labo-

ratórios dos outros Estados-membros e fazemos ensaios interlaboratoriais, que são, no fundo, testes cegos aos laboratórios dos vários Estados-membros para garantir que numa análise que seja feita a um posto fronteiriço em Portugal, por exemplo, o resultado é igualzinho a uma análise se for feita na Alemanha ou em França. Há um sistema de qualidade europeu que garante que todos os laboratórios de primeira linha têm a

de análises que exigem massa crítica e equipamento diferenciado.

VE – E é fruto dessa diferenciação que surge esta possibilidade de trabalhar no processo de diagnóstico da Covid-19.

NC – Exatamente. E é também fruto da tendência global que tem havido nesta área dos laboratórios, porque tem surgido uma situação que decorre da

O campus do INIAV em Oeiras acolhe desde 2016 o consórcio Agro-Tech, que agrega mais de 1000 cientistas que investigam nas áreas da sanidade vegetal, segurança alimentar e saúde animal e no apoio à formação especializada de técnicos e investigadores. Integra, além do INIAV, o Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB, da Universidade Nova de Lisboa) e o Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET).

metodologia de ponta implementada e a mesma garantia de qualidade no resultado. Isto coloca-nos num patamar muito exigente, mas também muito diferenciado, quer em termos de instalações, quer de equipamentos e profissionais.

VE – Com que meios humanos contam e com que qualificações?

NC – Nós temos ao todo cerca de 600 pessoas, das quais 300 são altamente qualificadas – licenciados, mestres e doutores. Temos 150 doutorados. Este quadro diferenciado permite, na componente laboratorial, desenvolver novos métodos de diagnóstico, aperfeiçoar os métodos existentes e fazer uma série

de globalização e das alterações climáticas e que é a seguinte: cada vez há mais circulação mundial de pessoas, de animais e de plantas. E é mais fácil as doenças circularem rapidamente. Por outro lado, e Portugal está a sentir isso, as alterações climáticas favorecem o aparecimento de novas doenças ou o reaparecimento de doenças que já não havia, as doenças reemergentes, nomeadamente as transmitidas por insetos. Estão a aparecer insetos aqui, vindos de África, por exemplo, que trazem doenças com eles. E isto obriga a que os laboratórios tenham vindo gradualmente a aumentar a capacidade de alargamento do seu âmbito. E este conceito está-se a desenvolver na Europa. Está, aliás, em curso

um grande consórcio europeu, o ‘Uma Só Saúde’ [“One Health EJP”, em inglês, cofinanciado pela Comissão Europeia no quadro do programa Horizon 2020 – Research and Innovation Framework Programme] em que o Estado português é representado por nós e pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.

VE – E quais são os objetivos do ‘One Health’?

NC – Este projeto, este conceito, passa por formar equipas multidisciplinares que conseguem olhar para as doenças dos animais, das plantas e das pessoas de forma integrada.

VE – E como surge este conceito?

NC – Isto surgiu quanto a Organização Mundial de Saúde começou a olhar para as doenças dos humanos e percebeu que cerca de dois terços das novas doenças dos humanos têm origem nos animais. E que, então, não fazia sentido os médicos olharem só para as pessoas e não olharem para os animais, de onde vêm as doenças.

VE – A cooperação com o Instituto Ricardo Jorge tem sido profícua?

NC – Tem sido profícua e tem vindo a intensificar-se. Quando o INIAV apareceu, tínhamos instalações muito pouco adequadas para este nível de exigência. Estávamos em Benfica e mudámo-nos para este campus, adaptámos as instalações e fizemos um laboratório novo, que hoje é de topo em termos europeus e com instalações de nível biossegurança 3, com salas para bactérias, vírus e príões. Temos um laboratório com equipamento muito sofisticado e com equipas muito qualificadas, estamos

num patamar que nos permite trabalhar com qualquer doença. E, na parte das doenças dos animais transmissíveis aos humanos, estamos a trabalhar com o Instituto Ricardo Jorge. Quando apareceu este surto de doença, desde início que começámos a trabalhar com eles, não só no diagnóstico, mas também em coisas mais diferenciadas, como os kits de diagnóstico comercial que são introduzidos no mercado português e que têm de ser aprovados pelo INFARMED mediante parecer técnico. Os próprios estudos do agente, do vírus, do SARS-CoV-2, exigem equipamento especial e equipas muito qualificadas e nós estamos aqui a trabalhar com o Instituto Ricardo Jorge e também com o laboratório do Exército para começar a haver estudos mais definitivos sobre esse vírus.

VE – Quando da visita da ministra da Agricultura, foi referido que a capacidade instalada nos laboratórios do INIAV iria permitir realizar 400 a 500 testes por dia. E que estavam em fase de aquisição de mais equipamento (robôs de extração de ácidos nucleicos e equipamentos de PCR em tempo real) e que a capacidade de resposta deverá ser triplicada já no mês de junho. Que investimento é este e que valor acrescentado traz?

NC – Este investimento já estava previsto, mas foi acelerado. A ideia era o Ministério da Agricultura, através do INIAV, ter laboratórios preparados para enfrentar novas ameaças em termos de doenças, quer dos animais, quer das plantas. E também garantir a segurança dos alimentos, para os animais e para os humanos, quer sejam de origem animal ou vegetal. Nós temos um grande projeto em curso que passou pela instalação no novo laboratório e agora por estas aquisições de equipamentos que estamos a fazer. É um projeto na ordem dos sete milhões de euros e que vai dotar o Estado português de laboratórios de ponta, com uma grande capacidade de

resposta quando estiver concluído, sendo que nesta parte o investimento foi antecipado. Vamos triplicar a nossa capacidade de resposta, que nos vai permitir enfrentar doenças dos animais que possam aparecer em Portugal, doenças das plantas ou agrícolas que possam

está dotado de um laboratório com uma enorme capacidade de resposta analítica, desde as análises mais simples até às mais complexas.

VE – Quando é que o investimento global estará concluído?



aparecer, mas também permite, em articulação com o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, quando aparecem as doenças dos humanos, nós darmos apoio. No fundo, o Estado português

NC – O investimento neste equipamento que vai ser usado na Covid vai estar montado até ao fim do mês que vem [junho]. Se bem que o investimento total neste campus só vai estar concluído

no final de 2021. Porque nós, para além desta área da ‘Uma Só Saúde’, também estamos a fazer um investimento na área do ambiente e recursos naturais. Vamos ter aqui tecnologia de ponta em termos de análise de solos e águas, análises foliares, para dar apoio aos agricultores,

diagnóstico diferencial de doenças e carências nutricionais, etc., vamos ter aqui todo esse equipamento. E esse investimento só vai estar pronto no final do ano que vem.

Banco Português de Germoplasma Vegetal: um reduto de diversidade biológica

Localizado em Braga, em S. Pedro de Merelim, o Banco Português de Germoplasma Vegetal (BPGV) do INIAV tem como missão a colheita, conservação, documentação e valorização dos recursos genéticos, assegurando a diversidade biológica e a produção agrícola sustentável atual e futura, através dos objetivos estratégicos: conservação ‘in situ’ e ‘ex situ’ dos recursos genéticos e apoio à implementação de políticas relativas à proteção da biodiversidade.

Esta estrutura de conservação de diversidade fitogenética (germoplasma das plantas) surge em 1977, na senda de estruturas internacionais, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do International Board for Plant Genetic Resources (BPGR), atualmente Biodiversity International, e no âmbito da implementação do Programa de Conservação dos Recursos Genéticos Vegetais do Mediterrâneo.

Resulta de dinâmicas centralizadas na conservação e utilização dos recursos genéticos, apoiando a implementação de políticas relativas à proteção da biodiversidade, em particular da agrobiodiversidade.

O BPGV é hoje uma das maiores infraestruturas de conservação de recursos gené-

ticos do mundo, que guarda atualmente um acervo de 44 752 acessos, de 255 espécies e 143 géneros de plantas cultivadas, silvestres e de parentes silvestres das plantas cultivadas (cereais, plantas aromáticas e medicinais, fibras, forragens e pastagens, culturas hortícolas e outras). Estão conservados sob a forma de semente e de propagação vegetativa, resultantes de 128 missões de colheita de germoplasma nacionais e internacionais.

O BPGV utiliza técnicas de conservação em frio para as espécies de propagação seminal, em condições de médio prazo (temperatura de 0 a 5° C e 45% de humidade relativa) e condições de longo prazo (temperatura de -18° C). As espécies de propagação vegetativa são conservadas em coleções de campo e coleções ‘in vitro’ e, para garantir maior segurança na conservação destas espécies, existem ainda réplicas conservadas em vaso.

No mundo, há 1750 bancos de germoplasma, que mantêm coleções conservadas ‘ex situ’, representando um volume total de 7,4 milhões de acessos conservados. Destas 1750 estruturas, 170 são referenciadas como mantendo mais de 10 000 acessos. O Banco Português de Germoplasma Vegetal (BPGV) representa Portugal neste grupo.

INIAV ESTÁ SEDIADO EM OEIRAS, MAS AGREGA 21 CENTROS DE COMPETÊNCIAS EM TODO O PAÍS

- Centro Nacional de Competências para as Alterações Climáticas do Setor Agroflorestal
- Centro Nacional de Competências dos Cereais Praganosos, Oleaginosas e Proteaginosas (Cerealtech)
- Centro Operativo e Tecnológico do Arroz (COTArroz)
- Centro de Competências para o Regadio Nacional (COTR)
- Centro de Competências Para a Dieta Mediterrânica (CCDM)
- Centro de Competências na Luta contra a Desertificação (CCDesert)
- Centro de Competências para o Estudo, Gestão e Sustentabilidade das Espécies Cinegéticas e Biodiversidade (CCEGSECB)
- Centro de Competências do Milho e Sorgo (CCMS)
- Centro de Competências da Caprinicultura
- Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional
- Centro de Competências (COTHN)
- Centro de Competências da Agricultura Biológica e dos Produtos em Modo de Produção Biológico (CCBIO)
- Centro de Competências das Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares (CCPAMC)
- Centro de Competências dos Recursos Silvestres (CCRS)
- Centro de Competências da Apicultura e da Biodiversidade (CCAB)
- Centro de Competências da Lã (CCL)
- Centro de Competências do Porco Alentejano e do Montado (CCPAM)
- Centro de Competências do Pinheiro Bravo (CCPB)
- Centro de Competências do Pinheiro Manso e Pinhão (CCPMP)
- Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos (CNCFS)
- Centro de Competências do Sobreiro e da Cortiça (CCSC)
- Centro de Competências para o Tomate Indústria (CCTI)

QCA 2021-2027: micro e PME da transformação de pescado excluídas dos fundos europeus

A proposta de Fundo de Recuperação que a Comissão Europeia apresentou na última semana para a UE prevê "um apporto" de 500 milhões de euros para o Fundo Europeu das Pescas e do Mar. Porém, o futuro quadro financeiro plurianual (QCA) 2021-2027 que lhe vem associado corta 3,5% no envelope das subvenções para este setor para Portugal. E exclui desses apoios, a fundo perdido, as micro e PME do setor da transformação de pescado. Em entrevista à "Vida Económica", o ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, lamenta a decisão, por se tratar de "um setor muito importante e com grande pujança em Portugal", ao qual pode ser "retirada competitividade" face a empresas de países com "outra capacidade económica". Garante, porém, o seu "empenho" e o dos deputados europeus para fazer reverter a situação. "Até ao fim do jogo nada pode ser irreversível", diz.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O QCA 2021-2027 vai ascender aos 1,85 biliões de euros, sendo 1,1 biliões oriundos do orçamento comunitário para os próximos sete anos e 750 mil milhões provenientes do Fundo de Recuperação europeu, que deverá ser utilizado pelos Estados-membros entre 2021 e 2024. Um envelope que permitirá a Portugal ir buscar 15,53 mil milhões de euros a fundo perdido (subvenções) e 10,84 mil milhões de euros através de empréstimos em condições favoráveis.

"A priori" é muito relevante", diz o ministro do Mar à "Vida Económica", realçando que há também "um reforço para a Política de Coesão, para o Desenvolvimento Rural e para o Fundo Europeu das Pescas e do Mar e da Aquacultura, como se chamará", com "um 'apporto' de 500 milhões de euros".

A par disso, "o próximo modelo do FEAMP foi simplificado". Terá "quatro prioridades. Anteriormente tinha seis e um conjunto de cerca de 50 medidas predefinidas, neste momento não as há". Portanto, diz Ricardo Serrão Santos, "existe uma certa agilidade dos Estados-membros para definir as medidas".

Há, porém, "aspectos problemáticos".

Por exemplo: "as micro, pequenas e médias empresas de transformação de pescado já não podem aceder ao Fundo, no que respeita às subvenções a fundo perdido (embora seja possível configurar empréstimos, com bonificações de juros e/ou garantidos com garantias do Estado, ou capital de risco)".

O governante explica que, "no atual FEAMP, as grandes empresas já não podiam aceder a essas subvenções, mas as micro e as PME podiam. E o novo quadro retira-lhes essa possibilidade, que é mau". Espero agora que "os deputados europeus se empenhem nisto, porque, para nós, será um pouco complicado não ter capacidade de as apoiar através do FEAMP. Vamos ter de nos empenhar neste contexto".

Um setor muito importante e com grande pujança em Portugal

O Ministro diz que, no novo QCA, "até há um reforço das especificidades das regiões ultraperiféricas (RUP) com um aumento da verba alocada (de 100 milhões para 102 milhões de euros)", assim como a "agilização dos sistemas de financiamentos para compensação", mas este aspeto de impedir o apoio às micro e PME de transformação de pescado de aceder a subvenções a fundo perdido é "problemático".

"Como sabe, é um setor muito importante e com grande pujança em Portugal e pode ser-lhe retirada competitividade se lhe forem retirados estes fundos, quando comparadas com empresas em países que tenham outra capacidade económica", frisa Serrão Santos à "Vida Económica".

"Até ao fim do jogo nada pode ser irreversível", diz o governante. "Esperamos conseguir repor a inclusão na sua possibilidade de aceder aos fundos". Mas é um mau sinal à partida. "Preferia-

mos que elas ficassem contempladas", assume o ministro, lembrando que, "atualmente, as micro e PME são preponderantes no tecido empresarial europeu e particularmente preponderantes no tecido empresarial nacional". E "no pós-Covid temos de fazer um esforço para que esta condicionalidade do FEAMP seja corrigida".

No global, para as pescas e assuntos do mar, "para Portugal há um corte de 13,5 milhões de euros [378,5 milhões de euros face aos atuais 392,5 milhões]. Vamos ver se no quadro europeu do orçamento conseguimos um FEAMP



Ricardo Serrão Santos, ministro do Mar.

equivalente àquele que temos no quadro atual", diz Serrão Santos.

Atualmente, o programa operacional MAR 2020 está estruturado em sete eixos, com uma programação financeira para 2015-2020 de 392,5 milhões oriundos do FEAMP, a que se somam 115,3 milhões de componente nacional, num total de 507,8 milhões de euros.

MAR 2020: 36/37% de execução e 80% de compromisso

Questionado sobre a execução e sobre se será possível executar a 100%, o Ministro do Mar não hesita. "Sim. Como sabe, havia uma série de condições e de prioridades que estavam bem defini-

das no MAR 2020. Nós temos um compromisso de 80% num programa que tem progredido de forma muito interessante. Neste momento a execução está em 36/37%". E "não é baixa", garante, dado o nível de compromissos.

Além do mais, decorrente da situação Covid-19, passou a ser possível "poder reembolsar a despesa a par da fatura". E "aumentou o número de pedidos intermédios que podiam ser feitos", diz o Ministro, revelando que, "no mês de abril, o volume de pagamentos rondou os 7,5 milhões, o que duplicou o valor médio mensal de pagamentos desde o início do ano, que era de 4,6 milhões". E, até ao fim de maio, "temos já mais 1,7 milhões já no âmbito das medidas extraordinárias que o IFAP pagou".

"Teve de haver uma reorganização, o FEAMP teve várias medidas de compensação aos pescadores por cessações temporárias de atividades de pesca. Essa prioridade estava com uma execução boa. E houve um processo de negociação com a Comissão Europeia que permitiu flexibilizar a utilização de fundos entre as diferentes prioridades". E é também essa flexibilização que "permitiu avançar com as medidas de compensação salarial para armadores e pescadores do arrasto, cerco e polivalentes".

Proposta QFP 2021-2027 – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)

valores globais

	valor global (€)	Observações
FEAMP 2014-2020	6,400,000,000	Inclui o valor para o UK
Proposta COM 2018	6,140,000,000	
Proposta COM 2020	6,671,000,000	+531 milhões do que em 2018

	Global	Valor total PT	RUP-PT	RUP- ES	RUP- FR
Proposta COM 2018	5,311,100,000	378,572,022	102,000,000	82,000,000	131,000,000
Proposta COM 2020	5,7740,415,000	411,319,464	110,823,259	89,093,208	142,331,833
Posição PE 2019	5,940,000,000	423,407,609	114,000,000	91,700,000	146,500,000

FONTE: Ministério do Mar.

Reserva Qualitativa no Douro pode custar 20 ou 30 milhões

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Conselho Interprofissional (CI) do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), "por unanimidade das duas profissões" (produção e comércio), definiu em finais de maio quatro medidas "necessárias para a minimização dos efeitos da crise Covid-19" no setor dos vinhos do Porto e do Douro e na Região Demarcada do Douro (RDD): a majoração do apoio à destilação de crise, um plano de publicidade nacional e internacional, a aplicação da taxa intermédia de IVA aplicável ao serviço de vinhos (incluindo o vinho do Porto) e, ainda, a criação de uma Reserva Qualitativa.

A Reserva será atribuída no momento da distribuição do benefício e segundo os mesmos índices, mas através de uma conta autónoma através da qual os operadores deverão adquirir, para além das intenções de compra destinadas à reposição das suas vendas, uma quantidade de vinho que permitirá o envelhecimento. Será desbloqueada em quantidades a serem determinadas, anualmente, pelo CI do IVDP ao longo de 10 anos.

A diretora executiva da Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP) garante à "Vida Económica" que estas "medidas são muito importantes num todo e só em conjunto poderão minimizar a grave crise que o setor atravessa". Frisa, no entanto, que, em relação à Reserva Qualitativa, "ainda

não há nenhuma definição sobre quantidades, valores, financiamentos ou procedimentos". O mecanismo, diz, "só poderá ser definido no momento da decisão relativa ao comunicado de vindima deste ano sobre o quantitativo de benefício".

No Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), o tema parece tabu. Após várias insistências, via email, junto do Instituto liderado por Gilberto Igrejas, fonte da Presidência informou a "Vida Económica" que "não temos informação para poder responder".

E no Ministério da Agricultura o assunto também é uma incógnita. Fonte do gabinete da ministra, Maria do Céu Albuquerque, informou que "este tema ainda não está fechado" e que, "à data de hoje [início desta semana], ainda não poderemos responder a nenhuma destas questões". Nomeadamente, quantas pipas irão ser guardadas como Reserva Qualitativa, qual o montante financeiro em causa e quem o vai financiar.

Isabel Marrana, da AEVP, tem uma certeza: "há, no comércio e na produção, a clara consciência de que é necessário

encontrar um conjunto de medidas que abranjam todos e minimizem a crise que todos no setor estão a sentir". E diz que "é fundamental que o Estado, através do IVDP, também participe neste esforço de minimização, através do desbloqueamento das verbas não executadas e cativas ao longo dos últimos anos e que se traduzem em 10 milhões de euros provenientes das taxas pagas pelos vinhos da RDD".

Isto, diz a diretora executiva, para além da "majoração do apoio relativo à destilação de crise [10 milhões de euros para todas as regiões vitivinícolas] já anunciada pelo Ministério da Agricultura", pois "a RDD é uma região de viticultura de montanha que não pode ter o mesmo preço de intervenção para destilação que as restantes regiões vitícolas portuguesas".

Taxas cobradas pelo IVDP devem financiar Reserva Qualitativa

A Casa do Douro/Federação Renovação do Douro (CD/FRD) admite que "ainda é cedo para determinar a quantidade de pipas objeto desta salvaguarda vitícola de benefício". Até porque ainda não há "informação estatística de vendas dos primeiros cinco meses do ano" e ainda se desconhecem "as intenções de compra do comércio

p a r a

mercado". Contudo, "num exercício puramente teórico, se se conseguir determinar essa reserva de benefício numa quantidade, digamos, de 20 mil a 30 mil pipas, e tendo enquanto referência o preço médio/pipa praticado no ano transato, o encargo financeiro será de 20 ou 30 milhões de euros", explica Miguel Anaya.

Taylor's não quer o Estado a financiar Reserva Qualitativa

Adrian Bridge, CEO da The Fladgate Partnership, que detém as marcas de vinho do Porto Taylor's, Fonseca, Croft e Krohn e foi dos primeiros a avançar com a ideia da criação da Reserva Qualitativa este ano, é taxativo: "a Reserva seria de 20 mil pipas, sendo que o valor se situaria nos 750 euros/pipa para o vinho da Reserva Qualitativa (benefício de bloqueio), o que corresponde a 1100 euros/pipa em cinco anos, que é o que vai custar à casa exportadora".

A questão fundamental é quem vai financiar essa Reserva Qualitativa e pagar aos produtores. Aí, Adrian Bridge não tem dúvidas: "deverá ser o comércio, que vai envelhecer o vinho para o vender posteriormente". E acrescenta: "a Reserva Qualitativa não deve ser feita com dinheiro do Governo. Se o Governo tem dinheiro para gastar, então que seja usado para estimular os mercados a comprar vinho do Porto, pois isso ajuda toda a indústria no longo prazo. Entendemos

também que o dinheiro para promoção e marketing (estimulação dos mercados) é melhor gasto pelas marcas, que sabem onde gastá-lo com mais eficiência e quais os mercados onde as promoções melhor funcionam".

Mas a CD/FRD tem entendimento diferente. Miguel Anaya considera que, "objetivando uma operação de financiamento dessa Reserva Qualitativa", sejam utilizadas

as verbas da certificação das existências pelo IVDP (instrumento que já existe para o Vinho do Porto) "para ser o garante da operação". Admite, contudo, que "a questão do financiamento constitui ainda um 'work in progress' dentro do CI do IVDP, assim como ao nível das estruturas da produção e do comércio".

Contas à parte, produção e comércio durienses estão juntos numa causa: "sustentar e rentabilizar a produção vitícola deste ano, ameaçada pelas contingências da crise económica associada à Covid-19".

Observatório do vinho do Porto quer reposição do selo à cavaleiro



Carlos Brito, presidente do Observatório do Vinho do Porto.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O recém-criado Observatório do Vinho do Porto, a que preside o vice-reitor da Universidade Portucalense Carlos Brito, quer ser um 'think tank' para debater ideias e uma espécie de lóbi influenciador em defesa do prestígio do vinho do Porto. O mote é "defender e potenciar a imagem do vinho do Porto", até para "minimizar os efeitos que certamente se irão fazer sentir" na Região Demarcada do Douro durante a próxima vindima, fruto da quebra de consumo gerada pela Covid-19.

Em conversa com a "Vida Económica", Carlos Brito assume que esta é "uma altura exigente, que obriga a que todas as entidades e instituições tenham de estar ativas e em alerta". E sendo o setor do vinho do Porto "um dos pilares da economia e da imagem de Portugal no mundo, é preciso reforçar a atenção que sobre ele incide". "O vinho DOC Douro tem crescido e muito bem, mas é preciso preservar e valorizar o vinho do Porto", avisa Carlos Brito.

Uma das ações já em marcha é a defesa da "reposição do selo à cavaleiro". Consideram "crucial que esta marca volte ao gargalo das garrafas", sob pena de, "em plena crise mundial, todo o trabalho de promoção do vinho do Porto se dilua e a região duriense venha a enfrentar uma crise sem precedentes". Este é, pois, "o momento de a Região Demarcada do Douro e as instituições que a defendem tomarem posição firme" e "salvarem a genuinidade do vinho do Porto e Douro".

Para ampliar a ideia, corre já uma petição pública que exige que o "selo de garantia editado pelo IVDP, criado em 1941 e tornado obrigatório para todo o vinho do Porto engarrafado e comercializado a partir de 1 de outubro de 1942", volte ao gargalo das garrafas.

Para alavancar a imagem do vinho do Porto, o Observatório defende o "lançamento de uma campanha internacional em prol do consumo do vinho do Porto", financiada com as "reservas financeiras [do IVDP]". Para o efeito devem ser contratadas "agências especializadas, com início já em julho/setembro, com o fim de reduzir o efeito do confinamento mundial, exatamente no momento em que alguns países começam a reativar o comércio".

